

FACULDADE
legale

PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" EM

DIREITO TRIBUTÁRIO

[11] 2888-5222
www.falegale.edu.br

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	3
	Nome do Curso e área do conhecimento:	3
2.	JUSTIFICATIVA	3
3.	OBJETIVOS.....	3
4.	CONCEPÇÃO DO PROGRAMA.....	3
5.	CARGA HORÁRIA TOTAL.....	4
6.	PERÍODO DO CURSO	4
7.	ESTRUTURA CURRICULAR	4
8.	DISCIPLINAS	4
	Disciplinas Metodológicas	4
	Disciplinas Específicas	5
9.	CORPO DOCENTE.....	9
10.	METODOLOGIA DE ENSINO	10
11.	CRITÉRIO DE SELEÇÃO	10
12.	CONTROLE DE FREQUÊNCIA.....	10
13.	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	10
14.	TRABALHO DE CONCLUSÃO E PRAZO.....	11
15.	CERTIFICAÇÃO	11

PROJETO PEDAGÓGICO

1. APRESENTAÇÃO

Nome do Curso e área do conhecimento:

- *Pós-Graduação em "Direito Tributário"*
- *Área do conhecimento:* Direito
- *Forma de oferta:* Online
- *Autorização legal:* Faculdade Legale – Portaria MEC nº 3.026 de 27 de dezembro de 2001
- *Credenciamento da Pós Graduação EAD – Portaria MEC nº 247 de 12 de fevereiro de 2020*
- *Coordenador Pedagógico:* Rubens Alberto Kindlmann Junior
- *Público Alvo:* Magistrados, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Procuradores, Docentes, Contadores, Advogados e demais operadores jurídicos das mais diversas áreas do Direito

2. JUSTIFICATIVA

O Direito Tributário é uma das áreas do direito brasileiro de maior complexidade, dada a grande quantidade de atos normativos que formam nosso sistema jurídico tributário. Essa diversidade normativa faz com que o Sistema Tributário brasileiro seja reconhecidamente um dos mais complexos do mundo. A par disso, a demanda por profissionais especializados na área do Direito Tributário é crescente a cada ano, uma vez que os contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) enfrentam questões junto aos diversos entes tributantes, de forma que a especialização nesta área do direito se faz necessária com o fito de atender essa crescente demanda com qualidade técnica

3. OBJETIVOS

o objetivo deste curso é fomentar o estudante – advogados, procuradores, promotores, operadores do direito em geral e contadores – a operar o Direito Tributário se baseando em modelos já consagrados do Direito Constitucional, Administrativo, Teoria Geral do Direito, aplicando de forma prática os temas de maior repercussão nos tribunais, trabalhando a todo o momento a intersecção entre a teoria e a prática.

4. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O programa do curso foi montado com o objetivo de fixar conceitos basilares do direito tributário e, a partir desses conceitos, realizar análise desses conceitos à luz do entendimento esposado pelos órgãos administrativos e do Poder Judiciário acerca da aplicação das normas tributárias constitucionais e infraconstitucionais permitindo ao aluno poder atuar no âmbito tributário em suas mais diversas situações, seja em âmbito administrativo, seja em âmbito judicial.

5. CARGA HORÁRIA TOTAL

A estrutura curricular do curso tem uma carga horária de 360 horas/aula, das quais 60 horas/aula destinadas ao conteúdo pedagógico e à iniciação científica e 300 horas/aula ao conteúdo específico.

6. PERÍODO DO CURSO

7. O curso será ministrado durante a semana

8. ESTRUTURA CURRICULAR

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Direito Tributário – Constitucional	72 horas/aula
Direito Tributário – Obrigações	96 horas/aula
Processo Tributário	48 horas/aula
Tributos em Espécie	84 horas/aula
Didática do Ensino Superior	30 horas/aula
Metodologia de Pesquisa	30 horas/aula

9. DISCIPLINAS

Disciplinas Metodológicas

- **Metodologia de Pesquisa**

Ementa / Conteúdo Programático:

Módulo I – A técnica da análise temática; O conhecimento científico; Tipos de normas técnicas; A elaboração do trabalho científico; Conceitos e estruturação de uma pesquisa: as variáveis envolvidas, os métodos de coleta de dados e o projeto de pesquisa.

- **Didática do Ensino Superior**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I – A didática do ensino e a ciência jurídica; Tendências contemporâneas em Educação e o papel da Didática. Planejamento do ensino: escolha de objetos, seleção de conteúdos. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica – Disciplinas Metodológicas:

BECKER, F. Ensino e construção de conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BEVERIDGE, W. I. B. Sementes da descoberta científica. São Paulo: Edusp, 1980.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1991.

Disciplinas Específicas

- **Direito Material I**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I - Direito Tributário e Conceito de Tributo – ciência do direito. Definição do vocábulo tributo. Tributo cobrado indevidamente pode ser tributo. Multa tributária. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material I**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I – Validade, Vigência, Interpretação das Normas Tributárias – fontes do direito tributário e suas formas de integração. Distinção entre fonte material e fonte formal. Lei não vigente, mas válida e a relação do fato gerador da obrigação tributária. Validade da norma e sua condição de aplicabilidade. Lei inconstitucional e sua relação com a validade da norma. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material I**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I - Espécies tributárias – classificação jurídica dos tributos e os critérios classificatórios (teoria pentapartida, e tripartida). Características das espécies tributárias. Tredestinação das receitas tributárias e a vinculação dos serviços. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material I**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I - Sistema e Princípios Tributários – Aspectos constitucionais do direito tributário. Aplicação dos princípios tributários relacionados à segurança jurídica do contribuinte.

Harmonização dos princípios tributários e sua aplicabilidade prática as espécies tributárias.
Estudo de casos práticos.

- **Direito Material I**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I - Imunidade e Isenção Tributária – Definição e classificação das imunidades tributárias. Diferenciação teórica e prática entre imunidade, isenção, não incidência tributária e alíquota zero. Imunidades aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal e suas implicações práticas. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material I**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I - Regra Matriz de Incidência Tributária – Conceito da regra matriz de incidência tributária e sua funcionalidade operacional no direito tributário. Estudo do descritor e prescriptor da norma de incidência tributária. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material II**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo II - Legislação Tributária – Fontes do direito tributário, e as espécies da legislação tributária. Utilização e validade dos decretos em âmbito tributário. Regras para tratativa de tratados internacionais que versam sobre matéria tributária. A aplicação e espécies das normas complementares. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material II**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo II - Sujeitos da Relação Tributária, Obrigação Tributária – Sujeito ativo e passivo da relação tributária. Definição do nascimento da obrigação tributária e os elementos para sua constituição. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material II**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo II - Responsabilidade Tributária – Aplicação da responsabilidade tributária e suas implicações jurídicas na definição da sujeição passiva. Espécies de responsabilidade tributária: sucessão, infrações, substituição, societária. Repetição de Indébito e a responsabilidade tributária. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material II**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo II - Crédito Tributário e suas formas de lançamento – constituição definitiva do crédito tributário, lançamento de ofício, declaração e homologação. Arbitramento na constituição do crédito tributário. Prazo de homologação dos tributos lançados nesta modalidade. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material II**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo II - Casos de Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário – a moratória tributária e o parcelamento. Denúncia espontânea. Depósito do montante integral em recursos administrativos e judiciais. Isenção e Anistia do crédito tributário. Remissão, transação, ações com trânsito em julgado, dação de bens imóveis. Estudo de casos práticos.

- **Direito Material II**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo II - Decadência e Prescrição do Crédito Tributário – Prazos de decadência do crédito tributário. Constituição definitiva do crédito tributário para contagem do prazo prescricional. Pagamento de dívidas prescritas. Suspensão e interrupção do prazo prescricional. Estudo de casos práticos.

- **Tributos em espécie – Módulo III**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo III - Taxas, Preço Público e Impostos Municipais – Conceito e características das espécies de taxas, e suas distinções doutrinárias a preço público. Implicações práticas. Regra matriz de incidência tributária do ISS, IPVA e ITBI. Definição das normas gerais e suas implicações na legislação municipal.

- **Tributos em espécie – Módulo III**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo III - Impostos Estaduais – Regra matriz de incidência tributária do ICMS, IPVA e ITCMD. Definição das normas gerais, e suas implicações na legislação estadual. Estudo de casos práticos.

- **Tributos em espécie – Módulo III**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo III - Impostos Federais - Regra matriz de incidência tributária do IR, IPI, IOF, ITR. Exercício da competência dos impostos residuais. Estudo de casos práticos.

- **Tributos em espécie – Módulo III**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo III - Planejamento Tributário – Distinção entre elisão e evasão fiscal. Os limites do planejamento tributário. Modelos estrangeiros de normas gerais antielisivas. Ambiguidades da Receita Federal. Planejamento Judicial. Estudo de casos práticos.

- **Tributos em espécie – Módulo III**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo III - Crimes tributários – Atividades empresariais e os crimes tributários mais comuns. Distinção entre planejamento e crimes tributários. Dolo e culpa na aplicação de crimes tributários. Sujeição passiva e responsabilização criminal. Momento do crime tributário e suas formas de pagamento e penas cabíveis. Estudo de casos práticos.

- **Direito Processual Tributário – Módulo IV**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo IV - Processo Tributário Inicial e Peças iniciais: Ação declaratória, anulatória, Mandado de Segurança e Repetição de Indébito – estudo da norma jurídica processual. Competência tributária. Nascimento do interesse processual para propositura da ação declaratória. O efeito da ação anulatória na desconstituição do crédito tributário. A aplicação do mandado de segurança. Objetivos do Mandado de Segurança, ato coator e os sujeitos na relação processual. A repetição de indébito na tributação indireta. Estudo de casos práticos.

- **Direito Processual Tributário – Módulo IV**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo IV - Execução Fiscal Tributária – a constituição da obrigação tributária e a propositura da execução fiscal. Regra para fixação da competência para processamento das ações executivas fiscais. Embargos às execuções fiscais e a exigência da garantia do juízo. Estudo de casos práticos.

- **Direito Processual Tributário – Módulo IV**

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo IV - Recursos Processuais: Apelação, Agravo de Instrumento e Interno, ROC, Recurso Especial/Recurso Extraordinário – reexame de decisões de 1ª instância e sua qualificação. Regras processuais civis na utilização dos recursos em âmbito tributário, e

suas principais modificações com o novo Código de Processo Civil. A ação rescisória em âmbito tributário em decisão transitada em julgado pós-recurso.

10. CORPO DOCENTE

Rubens Alberto Kindlmann Junior

Advogado militante na área do Direito Tributário e Direito Empresarial. Graduação em Direito no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), com especialização em administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas e especialização em Direito Tributário pela FMU. Professor na área de Direito Tributário e Processo Tributário em cursos preparatórios para primeira e segunda fase do exame da OAB. Professor de cursos de especialização e de pós graduação em Direito Tributário e Prática tributária. Ex-Coordenador do Curso de Direito da Universidade Anhanguera de Santo André, onde também foi professor do curso de Direito nas disciplinas: Direito Tributário I, Direito Tributário II, Prática Tributária, Direito Constitucional Tributário, Introdução ao Estudo do Direito.

Joseval Martins Viana

Coordenador Pedagógico e professor do Curso de Especialização em Direito Medico e da Saúde da Faculdade de medicina do ABC. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina do ABC. Coordenador do Curso de Direito Médico e da Saúde da Faculdade Legale. Graduado em Letras e em Direito. Mestre em Comunicação e Letras com ênfase em Discurso Jurídico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutorado em Ciências da Saúde com ênfase em Bioética na reprodução Humana Assistida pela Faculdade de Medicina do ABC. Advogado e professor de pós-graduação de Direito Civil, Direito Medico, Bioética, Biodireito, Direito Processual Civil e Linguagem Jurídica. Autor de diversos livros e artigos na área de Direito e de linguagem Portuguesa.

Marcelino Fernandes da Silva

Possui graduação em Bacharelado em Ciências Policiais pela Academia da Polícia Militar do Barro Branco (1988), graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1995), Mestrado e Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos de Segurança "Cel PM Nelson Freire Terra" (2009/2013). Atualmente é Major PM da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Atuando principalmente nos seguintes temas: Poder hierárquico, Poder disciplinar, Depuração Interna.

Ronilson de Souza Luiz

Doutor pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica), em 2008, sob orientação do Prof. Dr. Mario Sergio Cortella. Possui graduação pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco - Polícia Militar do Estado de São Paulo (1994), é Bacharel e Licenciado em Letras (Português/Hebraico) pela Universidade de São Paulo (1998), mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Com produção centrada na Educação Profissional, em especial na formação e treinamento de policiais militares, no Centro de Altos Estudos de Segurança. Atua também como colaborador na Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, refletindo sobre cotas, ações afirmativas e diversidade cultural no ensino superior. Palestrante das temáticas ligadas as questões de

polícia. Orienta de forma voluntária, policiais militares interessados em realizar pós-graduação stricto sensu. Colabora com jornais de bairro na Capital Paulista, usando como referência além do orientador as obras de Luiz Eduardo Soares, Paulo Freire, Jurandir Freire Costa, Thomaz Tadeu da Silva, Michel Foucault, Boaventura de Souza Santos, Marilena Chauí, Zygmunt Bauman, Julio Groppa Aquino, Stuart Hall, dentre outros pesquisadores centrais para as questões de segurança pública, escola, diversidade cultural, ensino superior, ações afirmativas, polícia, violência, democracia e os mal-estares decorrentes dessas palavras-chaves.

11. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas através de seminários e da comunicação de experiências entre os profissionais docentes e discentes. Além das aulas, disponibilizamos através do site da Instituição todos os materiais de apoio (slides, textos, vídeos) utilizados e recomendados pelos professores.

As aulas serão 100% online através da dinâmica entre a ciência e a experiência, com a apresentação de temas que impactam o dia a dia da advocacia, onde o professor municiará aos participantes os subsídios teóricos e metodológicos necessários para compreensão da problematização da matéria em foco. A cada aula o aluno poderá formar suas próprias convicções jurídicas a fim de aplicar no ambiente prático nos fóruns, consultorias e planejamentos.

Atividades Complementares: Como atividades complementares, os alunos devem confeccionar artigos que serão endereçados aos professores de cada uma das disciplinas. Os artigos serão corrigidos e, eventualmente, acrescidos de outros dados e, assim, aperfeiçoados, a fim de que tal material seja oportunamente publicado em revistas e periódicos especializados.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

É pré-requisito para ingresso no curso a formação do aluno em Curso Superior devidamente reconhecido.

13. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle de frequência será realizado através do diário de disciplina, sendo exigida a frequência mínima de 75% nas aulas em cada disciplina/módulo.

14. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por meio de avaliações ao final de cada disciplina, seminários, trabalhos e participação em sala e nos eventos sugeridos. O desempenho dos alunos nas avaliações será registrado pelo professor na forma de notas, variando de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A nota final será obtida através da média de todas as avaliações, sendo necessário para aprovação média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO E PRAZO

Cada aluno desenvolverá individualmente monografia ou TCC de assunto relacionado à área específica do curso, que será avaliado pelo professor orientador. Para aprovação o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

O prazo de entrega da monografia ou TCC é de 06 (seis) meses após o término das disciplinas/módulos do curso. **(Entrega Opcional)**

Parecer CNE/CES Nº 146/2018, Resolução CNE/CES Nº 1 de abril de 2018

16. CERTIFICAÇÃO

Será emitido certificado de conclusão de curso ao aluno que obter presença mínima de 75% (setenta e cinco por cento), média das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete) pontos e média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos na monografia ou TCC.

OBSERVAÇÃO

O estágio supervisionado é optativo no projeto pedagógico na Faculdade Legale nos cursos de pós graduação, com base na:

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018 *“Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências*

Art.2, inciso 2º, da Lei do Estágio – Lei 11.788/08.